

ETHOS DOS SURDOS EM CHARGES

Jaqueline Estácio Barbosa de Jesus Santos¹

1 INTRODUÇÃO

Para estudar os fenômenos discursivos que tratam do sujeito o surdo faz-se necessário, inicialmente, refletir sobre a constituição da imagem discursiva deste, ou seja, como ele constrói a imagem de si, por meio do discurso, fenômeno este denominado, nos estudos discursivos, de *ethos*.

Em Análise de Discurso, o *ethos* é construído a partir de estereótipos que circulam socialmente. O estereótipo, concebido como um conjunto de categorias culturalmente fixas e pré-definidas, contribui para a formação de determinada imagem discursiva dos sujeitos que enunciam. Sendo assim, “na elaboração do *ethos*, interagem fenômenos de ordens muito diversas”, dentre os quais se destacam a participação dos enunciadores e co-enunciadores, a formação discursiva em que eles se inscrevem e as diversas formações ideológicas partilhadas por eles. Conforme destaca Maingueneau a construção do *ethos* ocorre “por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente”. (MAINGUENEAU; 2008: 16)

O estereótipo, por exemplo, leva de antemão a um direcionamento da imagem discursiva do surdo: este, estereotipicamente, já é apresentado como estranho, diferente, tendo, provavelmente, dificuldade de aprendizagem e de interação. Desse modo, a construção do *ethos* do surdo parte de estereótipos negativos vinculados na sociedade, como aborda Maingueneau, ao dizer que “o *ethos* é construído a partir dos “estereótipos culturais que circulam nos registros mais diversos da produção semiótica de uma coletividade: livros de moral, teatro, pintura, escultura, cinema, publicidade [...]” (2005: 72). A representação estereotipada do surdo em charges o leva, assim, a criar uma

¹ Bolsista do PIBIC – UFBA (2012); Pesquisadora do NUPED – UFBA (2010); Estudante de Letras Vernáculas – UFBA (2010); Especialista em Psicopedagogia – FSBA (2008); Licenciada em Educação Infantil – FSBA (2006).

imagem discursiva de si mesmo, a partir da adequação entre corpo, apresentação física e forma de comunicação por ele utilizada.

Portanto, para elucidar esta proposta de pesquisa faz-se uso do escopo teórico da Análise do Discurso de Linha Francesa (doravante ADLF), no que diz respeito ao conceito de *ethos*. Sendo assim, utilizam-se trabalhos de Maingueneau (2005), procurando entender o modo como o surdo se subjetiva através do discurso, a partir da maneira como ele, enquanto usuário da língua de sinais, enuncia, levando em conta também a relação do corpo, língua, história e sujeito surdo.

Tentar compreender o conceito de *ethos*, bem como o modo como o surdo se apresenta, e é representado no discurso humorístico, ou seja, em charges, nos possibilita interrogar e teorizar sobre estes estudos.

Sabe-se que como sujeitos essencialmente sociais, tal como concebe a Análise do Discurso francesa, somos marcados pela História e pela ideologia, e o nosso discurso não se apresenta como algo inocente, sendo, portanto, difícil postular a neutralidade em relação ao mesmo. Estudar esse discurso, que não é individual, pois o sujeito não é o dono do seu dizer, como apresenta Pêcheux (1988), tem sido, portanto, uma das tarefas da ADLF.

Assim, este artigo constitui-se no intuito de contribuir na compreensão das práticas de representação discursiva dos surdos, procurando por intermédio desta escrita, difundir os estudos da ADLF, e a sua correlação com a sociedade hodierna, no que diz respeito aos surdos no contexto escolar.

2 REFLETINDO SOBRE O *ETHOS*

A respeito do *ethos*, o que se pode definir a partir dos estudos de Heine (2009: 78) é que este termo se refere a uma “imagem do enunciador no discurso, enunciador esse que carrega as marcas sociais e históricas que o constituem e que aparecem, na sua enunciação identificadas, principalmente, através dos estereótipos”. Do mesmo modo, Maingueneau e Charaudeau (2008: 220-1), comentam que o *ethos* é construído a partir dos estereótipos que circulam socialmente, isto é, ele “designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário”. Sendo assim, nos surdos, o que se busca saber é como eles são representados discursivamente e o modo como eles se subjetivam nas charges.

Ao se observar o *ethos* é possível perceber que essa categoria já fora estudada na antiguidade, e no grego apresenta-se com um sentido pouco distinto. Na retórica, Aristóteles apresenta-o dizendo que essa noção “consiste em causar uma boa impressão por meio do modo como se constrói o discurso, em dar de si uma imagem capaz de convencer o auditório ao ganhar sua confiança”. Portanto, o *ethos* para a retórica “está ligado à própria enunciação e não a um saber extradiscursivo sobre o locutor” (MAINGUENEAU; 2006: 267).

No entanto, o relevante a se demonstrar sobre o *ethos* é que para compreendê-lo, atualmente, deve-se levar em conta a sua ligação com o ato de enunciar, ou seja, não se pode ignorar que a construção do público sobre o *ethos* ocorre pré-discursivamente a sua fala, segundo Maingueneau (2006). Todavia, faz-se necessário distingar entre o *ethos* pré-discursivo e *ethos* discursivo. Segundo Heine, o primeiro corresponde à “primeira imagem que se faz do enunciador, antes mesmo que ele tome a palavra e enuncie”. Já, referente à segunda forma de discurso, a autora aborda que este “circunscreve-se à enunciação, sendo a imagem que o enunciador cria de si discursivamente” (2009: 79).

Então, a imagem do surdo, repousa em estereótipos sociais já que segundo Orlandi (2006), o discurso faz parte do contexto sócio-histórico. O sujeito discursivo inserido neste contexto precisa ser pensado como um ser social que assimila a coletividade. Sua existência na sociedade traz marcas ideológicas circunscritas à um período histórico e não a outro, de acordo com Fernandes (2008).

2.1 QUEM É A PESSOA SURDA?

O surdo tem uma limitação na perda da audição, parcial ou total e segundo Rinaldi (apud Brasil; 1997: 31), “denomina-se surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum (...)”. Além deste aspecto o que identifica quem é considerado surdo pode ser visto também a representação do mesmo no decreto 5626/2005,

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

No entanto, o surdo pode ter a aprendizagem desenvolvida da mesma forma que os ouvintes, ou seja, pode ser “(...) uma criança como as outras e na idade pré-primária ela tem os mesmos interesses que as demais, as mesmas características dos diferentes grupos de idade de crianças que ouvem” (RÍMOLI apud Soares; 1999: 78).

O que se observa é que desde a antiguidade há a presença de surdos no meio da sociedade. Tanto gregos como romanos não consideravam os surdos como seres humanos competentes, a partir da ideia de que o pensamento não se desenvolve sem a linguagem e esta, por conseguinte, não se desenvolve pela fala, como apresentava os argumentos de Aristóteles (384 a 322 a.C.). Para ele, a fala era o que dava a condição de humano para o indivíduo. Segundo Haguiara - Cervellini (2003: 30) “durante a Idade Média (476-1453) a condição de não humano do surdo foi mantida. Até o século XV esse sujeito era considerado um ser irracional a quem era negado direitos civis, sociais e religiosos”. A exclusão já existia e se perpetuava na sociedade como fonte de selecionar aqueles que estariam aptos a participar das atividades sociais.

Desse modo, para Soares (1999: 12), “é sabido que os surdos assim como todos os deficientes foram alvos, de dois tipos de atenção: a médica e a religiosa”, ou seja, a medicina, utilizando a experiência na busca de entender o porquê da anomalia, e a religiosidade preocupada em como a pessoa surda poderá se confessar perante Deus. Percebe-se assim, que existia uma segregação – quando um portador de necessidade especial tem algum tipo de atendimento, em um setor fora do convívio social comum.

Contudo, com o decorrer dos estudos da Linguística percebe-se que esta forma de conceber a linguagem dissociada do pensamento fora confrontada por outras ideias que, embasadas por teorias diversas, demonstram que não há como separá-las. Sendo assim, de acordo com Fiorin “se dissermos que o que caracteriza o pensamento humano é seu caráter conceptual, o pensamento não existe fora da linguagem.” (1998: 33). Isso pode ser comprovado também a partir do trecho:

estudos de psicologia genética e das patologias linguísticas demonstram que a ausência de uma linguagem, qualquer que seja ela, impossibilita o exercício do pensamento conceptual.

Quando se diz que não há ideias independentemente da linguagem, está se falando de pensamento conceptual. (FIORIN; 1998: 33/4)

Com isso, observa-se que “a surdez sempre esteve presente na história da vida humana” (Haguiara – Cervellini; 2003: 29). No percurso da humanidade existem fatos que afirmam momentos de exclusão ou segregação, e também, momentos, nos quais, há possibilidades de participação do surdo no contexto social.

Atualmente o surdo pode ser visto como integrante de um dos pequenos grupos culturais que compõe a sociedade conhecido como que Bauman (2005) denomina de *párias da sociedade*. E o que leva a essa classificação parte do que os ouvintes classificam como normalidade, visto de forma diferente pelo surdo, pois para ele ser surdo não é ser anormal, mas sim totalmente normal. Então,

hoje os párias, os não-normais não irão para quaisquer países como nos tempos da colonialidade em que o rei determinava a criação de novas cidades e os deficientes eram jogados pelos despenhadeiros, por representarem um peso para a sociedade. A temporalidade daqueles feitos incautos mudou. Ficamos entre os homens e mulheres, pois assim a vida é possível. Acontece que “estamos integrados”, como querem alguns e “não integrados”, como falam outros. (QUADROS; PERLIN, 2007: 9)

Assim, grandes são as conquistas que os surdos vêm adquirindo nesse decorrer da história que perdura desde os estereótipos considerando-os como não humanos até os dias atuais com direitos, deveres, leis e constituições que asseguram a saúde, a educação, o trabalho, como por exemplo, no Brasil o decreto 5626/2005. No entanto, é preciso estar ciente de que há uma distância entre o que está escrito e decretado para o que realmente ocorre no dia a dia de cada surdo independentemente da sua origem, sexo, cor, crença na instância da sociedade.

Desse modo, é interessante apresentar algumas dessas conquistas que envolvem questões sobre a educação dos surdos e sua inserção na sociedade. E o que se pode destacar são manifestações que, na maioria das vezes, partem de ouvintes, e também, de surdos, sejam eles no papel de profissionais, pais, parentes, conjuge ou militantes pela

causa dos surdos em todo o mundo, a exemplo: Bartolo Della Marca D'Ancona (século XIV), advogado e escritor – fez a primeira alusão a educação de surdos através da Língua de Sinais ou da língua oral; Girolamo Cardano, médico italiano e pai de surdo, fez a primeira declaração de que os surdos podiam e deveriam receber instrução; Ponce de León (1520 – 1584) primeiro professor de surdos na história; John Wallis (1616 – 1703), escreveu o primeiro livro sobre educação de surdos, é considerado o fundador do oralismo na Inglaterra; Charles Michel de L'Épée (1712-1789) professor de surdos, reconheceu a existência da Língua de Sinais como base comunicativa essencial entre os surdos e foi responsável pela criação do Instituto Nacional para Surdos-Mudos em Paris; no Brasil D. Pedro II trouxe o Surdo francês Edward Huet (1857) para desenvolver uma escola para surdos-mudos no Brasil.

Assim, no decorrer da história do surdo foram construídas formações discursivas que vem caracterizando-o com estereótipos como anormal, diferente, aquele que não pensa, pária, dentre outros. Formações discursivas esta que influenciaram a sua imagem discursiva, não apenas, no contexto escolar, porém nas diversas instâncias da sociedade, na qual, esteja inserido. Ser surdo é “declarar que a surdez deve ser reconhecida como apenas mais um aspecto das infinitas possibilidades da diversidade humana, pois ser surdo não é melhor ou pior do que ser ouvinte é apenas diferente” (PIMENTA apud Salles; 2004: 39).

2.2 IMAGEM DISCURSIVA DO SURDO EM CHARGES

O que se percebe a partir da escrita sobre o ethos, é que se pode afirmar que os surdos, diante das formações discursivas, expressam-se e constituem-se como sujeitos assujeitados, marcados por uma ideologia, sendo, portanto, o reflexo da sociedade na qual estão inseridos. E como apresenta Ströbel (2007: 23),

temos as variações de representações no decorrer de história de surdos e ao lado destas representações, baseadas nos discursos ouvintistas, encontramos os vários estereótipos negativos acerca de surdos, tais como o mudo, deficiente, anormal, doente e outros.

A citação anterior, como se pode notar, demonstra que a constituição do surdo é alicerçada de uma heterogeneidade mediante a sua correlação com o social nas diversas instâncias da sociedade, segundo Fernandes (2008: 31). E esta pode ser verificada também no exemplo da charge abaixo:

(1)



<http://www.planetaeducacao.com.br/acessodehumor>

O que se observa nesta charge é um estereótipo marcado na cultura ouvinte de que podem chamar todo surdo de “mudinho”, ressaltando a ideia de deficiência do surdo e tentando gerar o riso, já que “[...] esse gênero é uma forma humorada de criticar e zombar de fatos ou situações reais [...]” (KOCH; ELIAS, 2011: 115). Por estar vinculada ao momento histórico-social de uma determinada sociedade e de uma determinada época, a imagem discursiva do surdo, em charges, trará consigo as marcas presentes neste contexto, como por exemplo, diversos tipos de estereótipo, ou seja, o surdo como fardo, deficiente, inferior, coitadinho.

Outro exemplo pode ser visto em (2) quando se apresenta a figura de um professor que aparentemente não leva em consideração a presença de aluno surdo, como também do aluno cego. O mesmo solicita aos alunos, em particular ao surdo, um comando que não o pode fazer. É relevante saber que na sala de aula há uma diversidade que precisa ser respeitada, assim como existem nela alunos ouvintes,

existem também alunos surdos, cegos e outros, e, todos precisam ser respeitados e participar do processo de ensino aprendizagem.

(2)



<http://www.planetaeducacao.com.br/acessodehumor>

Com isso, é preciso considerar que o discurso sobre surdos não é monofônico, porém, polifônico devido às grandes influências de outras vozes que nele estão marcadas. Segundo a referida Heine “o sujeito tem a ilusão de ser origem do sentido, quando, na verdade, não é a origem, uma vez que é marcado e interpelado pelos já-ditos, pela dimensão constante da alteridade” (2009: 55).

O sujeito pode ser livre para dizer tudo, todavia, sempre continua submisso, a saber, à essa língua. Ele torna-se assujeitado em função de outrem, ou de um saber. E para Orlandi, portanto, ser assujeitado,

significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injustiças ideológicas (2005: 53).

O discurso “implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística (...)”, segundo Fernandes (2008: 13).

Assim, ao discursar o sujeito traz as marcas da História que estão relacionadas a ele. Seu discurso será interpelado pelo contato que tem com outros sujeitos. Isto é,

para falarmos em discurso, precisamos considerar os elementos que tem existência no social, as ideologias, a História. Com isso, podemos afirmar que os discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrem transformações sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana. (FERNANDES; 2008: 14)

Então, o discurso dos surdos que traz as marcas do contexto inconscientemente apresenta uma formação ideológica. Para Fernandes (2008) o sujeito e o discurso resultam da interação social estabelecida com diferentes segmentos em um mesmo, ou em diferentes âmbitos. O sujeito sabe a sua língua, mas nem sempre tem o conhecimento do seu dizer. O lugar de onde ele fala mostra quem ele é através do *ethos* discursivo. E a voz do sujeito não é só dele, ele traz todo o social na sua fala.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretendeu a partir dessa escrita, foi tecer uma reflexão a partir do escopo teórico da ADLF, com os trabalhos de Maingueneau (2005), no que diz respeito sobre o *ethos*, para compreender como se constitui a imagem discursiva do surdo presente nas charges.

Sabe-se que conhecer e discutir sobre a temática proposta requer estar aberto para novos olhares e buscar constantemente tanto da teoria, quanto da análise de coleta de dados no intuito de que estes possam auxiliar nas futuras escritas que perpassem a respeito do trabalho aqui exposto.

Sendo assim, aqui se finda uma das muitas etapas que pretende contribuir para promover outras escritas dialogando sobre a questão do *ethos* e também sobre o surdo. Esta é uma proposta que surge a partir de um desejo de conhecimento de ambas as áreas e de também, querer contribuir na construção de planos de ações e reflexão no que diz

respeito aos surdos, e que, por meio desse trabalho haja uma maior conscientização sobre a imagem que o Surdo cria de si no discurso a partir dos estereótipos construídos socialmente no percurso da história.

REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL, Referencial curricular nacional para a educação infantil/ Ministério da Educação e do desporto, Secretária de educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998 3v.: il.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir. *A musicalidade do Surdo: representação e estigma*. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

HEINE, Palmira Virgínia Bahia. *O ethos discursivo em blogs pessoais*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

_____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Ethos, cenografia e incorporação*. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005^a. P. 68-92.

_____. *A noção de ethos discursivo*. In: MOTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 6 ed. Campinas. São Paulo: Pontes, 2005.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4 ed. Campinas, São Paulo, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. (1988). Trad. Brasil. Campinas, Pontes, 1993.

QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de surdos: a Aquisição da linguagem – Porto Alegre: Artes Médicas*. 1997.

QUADROS, Ronice Muller de; PERLIN, Gladis (Org). *Estudos Surdos II*. Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2007.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. [et al]. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminho para a prática pedagógica*. Brasília: MEC, SEESP, 2004. 2 v.

SOARES, Maria Aparecida Leite. *A educação do surdo no Brasil*. Campinas, SP: autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDU. SF, 1999.

SKLIAR, Carlos. Org. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998, 192p.

STRÖBEL, Karin Lilian. História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. In: QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (Org). *Estudos Surdos II*. Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2007.

DECRETO Nº 5.626, de 22 de dezembro DE 2005. In: Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>
acessado em 10/07/12.